

Disputas e posse das terras do Alto Sertão paraibano colonial: a chegada dos conquistadores e o processo de silenciamento da presença e resistência indígena Tupi na região

Djalma Luiz do Nascimento Dantas
Leandro José do Nascimento Souza

Resumo

O presente trabalho busca apresentar as percepções historiográficas acerca do povoamento indígena pré-colonial e colonial no Alto Sertão Paraibano, tendo em vista as recentes descobertas dos Sítios Arqueológicos com similaridade dos povos do tronco Tupis – dando ênfase ao sítio Boa Fé em Cachoeira dos Índios-PB que foi identificado em 2023 e cadastrado em 2025. Tais achados se tornaram fontes subsidiais para o questionamento das narrativas históricas predominantes, sobre a ocupação dos povos indígenas nos sertões da Paraíba, pois, ainda são comuns nas narrativas historiográficas de que inexistia no território de Cachoeira dos Índios, a presença Tupi. Tradicionalmente, o espaço e as escritas apontam como povos autóctones da região os grupos indígenas Tapuias e Cariris, em oposição ao Tupis que ocupavam o litoral do atual Estado. O que, nesse sentido, nos permite analisar o fato até então pouco questionado da presença dos povos Tupis nesse meio histórico, por meio das constatações arqueológicas recentes. Nesta perspectiva, este trabalho busca refletir sobre os novos indícios da presença indígena dos povos do tronco Tupi, destacando apontamentos de como a exploração do trabalho, o genocídio e a aculturação pela catequização, podem ter sido responsáveis por promoverem o silenciamento da presença deste grupo autóctone nesses espaços, durante o processo de disputas pela posse das terras, para consolidação da colonização no Alto Sertão Paraibano.

Palavras-Chave: Colonização; Alto Sertão Paraibano; Tupis.

Disputes and Land Tenure in the Colonial Alto Sertão of Paraíba: The Arrival of the Conquerors and the Process of Silencing the Presence and Resistance of the Tupi Indigenous People in the Region

Abstract

This study aims to present historiographical perspectives on pre- and colonial indigenous settlement in the Alto Sertão region of Paraíba, in light of recent discoveries at archaeological sites showing similarities to the Tupí-speaking peoples—with an emphasis on the Boa Fé site in Cachoeira dos Índios, Paraíba, which was identified in 2023 and registered in 2025. These findings have served as supplementary sources for challenging the prevailing historical narratives regarding the occupation of indigenous peoples in the hinterlands of Paraíba, as it is still commonly claimed in historiographical accounts that there was no Tupi presence in the territory of Cachoeira dos Índios. Traditionally, both the geographical context and written sources identify the Tapuia and Cariri indigenous groups as the region's indigenous peoples, in contrast to the Tupi, who occupied the coast of the present-day state. This, in turn, allows us to analyze the previously unquestioned fact of the Tupi peoples' presence in this historical context through recent archaeological findings. From this perspective, this study seeks to reflect on new evidence of the indigenous presence of the Tupi-speaking peoples, highlighting how labor exploitation, genocide, and acculturation through catechization may have been responsible for silencing the presence of this indigenous group in these areas during the process of land disputes aimed at consolidating colonization in the Upper Sertão of Paraíba.

Keywords: Colonization; Upper Sertão of Paraíba; Tupis.

Texto integral

Este breve texto se propõe a pensar historicamente o povoamento indígena no Alto Sertão Paraibano, no contexto do Brasil Pré-colonial e Colonial, a partir da análise das narrativas históricas predominantes sobre o tema da presença indígena do litoral aos

sertões do Estado. Neste artigo, apresentamos nossas concepções em caráter inicial e inquietações que intencionam nossas pesquisas em Ensino de História e em Arqueologia, de reconhecer potenciais nas novas fontes arqueológicas registradas, que podem ser capazes de contribuir para que se possa pesquisar, problematizar e construir novas narrativas, e colocá-las em contexto para o debate histórico que trata do povoamento dos povos indígenas no Alto Sertão Paraibano.

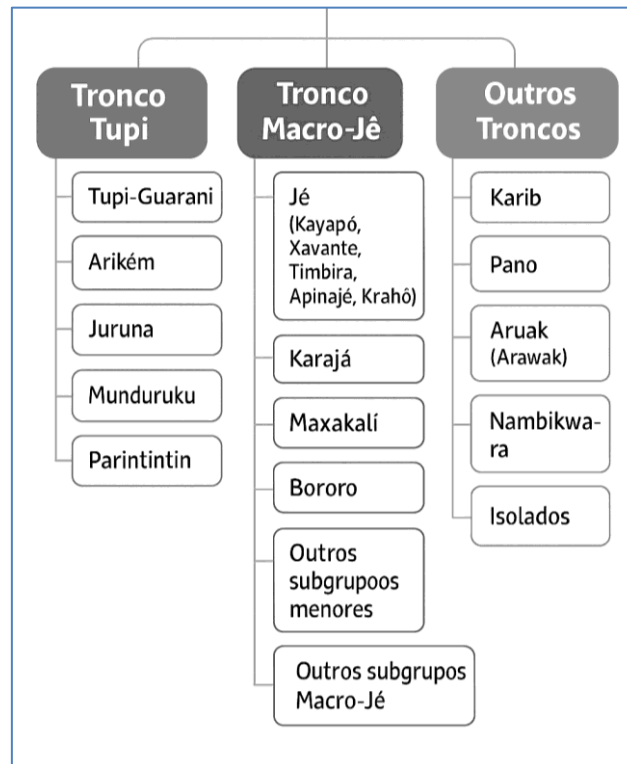
As fontes arqueológicas são colocadas por nós, como objetos problematizadores (Ramos, 2004), a fim de promover um debate, ainda que em estágio inicial, para as narrativas históricas que tratam sobre o povoamento indígena no Estado da Paraíba. Atualmente, a questão da ocupação indígena no interior ainda é retratada na perspectiva da ocupação territorial dos conquistadores europeus, conforme a historiografia tradicional que será abordada ao longo deste artigo. Predominantemente, essa disserta que a presença indígena no interior ocorreu através da construção de alianças e/ou rivalidades entre e com os nativos, eclodindo em todo o território inúmeros conflitos entre os povos originários do litoral, colonizadores e grupos humanos autóctones do interior (sertões) (Soares, 2012).

Nosso enfoque nesse trabalho está em se debruçar e analisar a Paraíba como “meio histórico” (Cardoso, 1979) do povoamento indígena do litoral ao Alto Sertão, e da empreitada de tomadas das terras por meio de disputas pela posse, que resultaram na resistência nativa, e aos conquistadores o dever de vencer esses entraves para a consolidação da colonização, e que por anos foram silenciados da historiografia tradicional.

É quase que consenso até agora, que durante as guerras pelo domínio da terra, houve a divisão das nações indígenas no território paraibano em dois troncos linguísticos, cabendo aos povos Tupis a ocupação e povoamento do litoral, e aos indígenas do tronco linguístico macros jês — Tapuias — a ocupação dos rincões do território, sendo estes responsáveis pela maior imposição de resistência à dominação dos sertões da Paraíba pelos colonizadores (Arruda, 2021).

A seguir, apresenta-se um esquema, a título de visualização, elaborado com base em Rodrigues (2013), Moore, Rodrigues e Galucio (2008) e no Instituto Socioambiental (ISA, 2025).

Figura 1: Esquema dos troncos linguísticos indígenas do Brasil



Fonte: elaborado com base em Rodrigues (2013), Moore, Rodrigues e Galucio (2008) e no Instituto Socioambiental (ISA, 2025).

Buscamos, portanto, analisar inicialmente o processo de conquista do território, para só posteriormente evocar algumas contestações que se apresentam possíveis acerca das inconsistências nas narrativas de distribuição dos povos Tupis e Tapuias no território. Esse processo de conquista ocorreu de forma complexa, se fez constituído pelas rivalidades já existentes entre os nativos, e o aproveitamento destes acirramentos pelo colonizador para impor sua força nos conflitos, que anteriormente combatiam entre si em condições bélicas de igualdade tecnológica, e que passaram a ser superados pelo poder bélico luso-europeu, que utilizou a estratégia de alianças com os

nativos, para gradativamente, impor seus interesses de domínio dos povos indígenas (Mello, 2002).

Ao explorar as relações de poder bélico e se aproveitar das divisões culturais existentes no período pré-colonial, os colonizadores promoveram, gradativamente, o extermínio das populações indígenas e impuseram novas delimitações territoriais nos moldes da legislação das Sesmarias. Esse regime, trazido ao Brasil pelos colonizadores, passou a vigorar a partir de 1531 (Gonçalves, 2014). Assim, considera-se que esse regime seja um dos fatores responsáveis pelo esquecimento da história e da presença dos grupos indígenas nas narrativas históricas, durante muitos anos.

Com isso, as terras tradicionalmente ocupadas coletivamente pelos povos indígenas, alguns de mobilidade sazonal, que antes da chegada dos europeus não transitavam entre o litoral e o Alto Sertão Paraibano, passaram a ter proprietários formais, nos moldes do colonizador¹.

Esses grupos foram sendo progressivamente expulsos ou exterminados para dar lugar à produção agrícola intensiva e à pecuária. Cercas foram erguidas e os espaços tradicionais transformaram-se em propriedades privadas, restando cada vez menos áreas para os povos Tupis e Tapuias.

Primeiro foram destruídas as sociedades indígenas locais, a um ponto que no litoral atlântico, por volta de 1640, já não havia mais populações indígenas disponíveis para a escravização - mortos, desestruturados em sua vida social e cultural, por exploração, guerras e epidemias, os sobreviventes operaram a "Grande Retirada" para os sertões e matas do interior, transformando de forma definitiva suas sociedades (Linhares, Silva, 2021, p 14).

Desse modo, passamos, portanto, a levantar hipóteses e desconfiar se de fato as áreas demarcadas como zonas de ocupação indígena no litoral e dos sertões, são de fato tão bem desenhadas pela historiografia paraibana no que se refere aos povos que

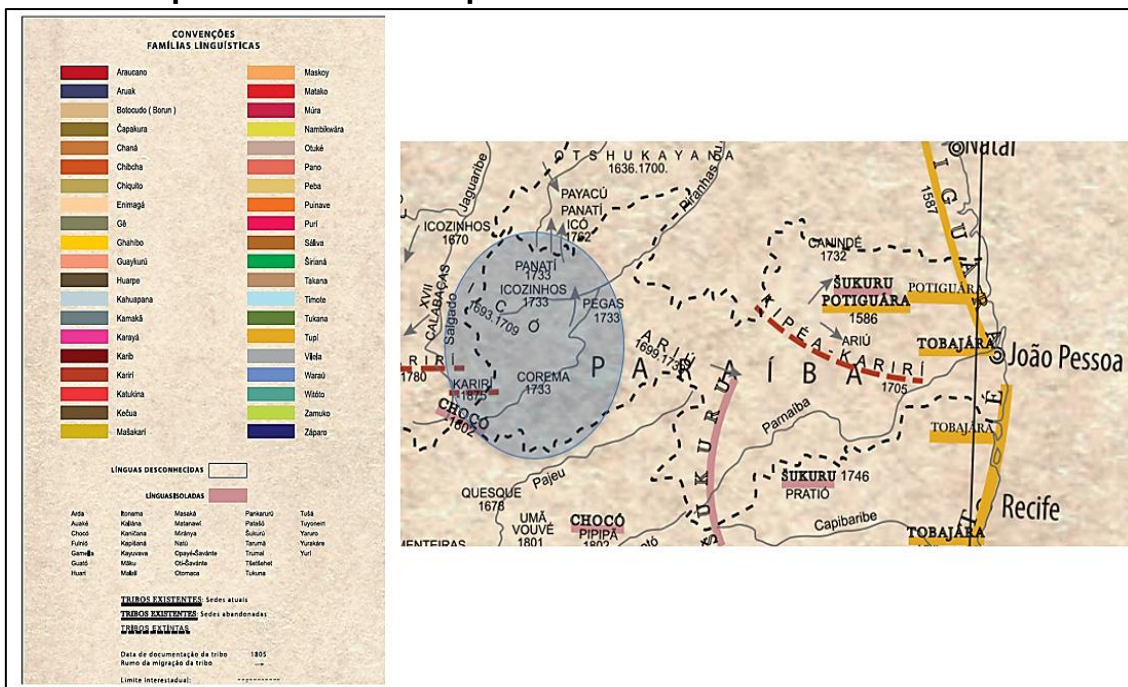
¹ Código Filipino [Ordenações Filipinas], que entrou em vigor em 1603 com o advento da União Ibérica.

ocupavam respectivamente Litoral e Sertão, embora pareça existir consenso da ocupação e de que os povos Tupis foram expulsos no litoral com destino ao interior do Estado.

Desta forma, questiona-se: É de fato possível determinar a localização e a ocupação de cada grupo indígena Tupi no Alto Sertão Paraibano até os enfrentamentos empreitados com a chegada dos conquistadores? Tal questionamento pode levantar estranhamentos, tendo em vista que muitos trabalhos acadêmicos — que apresentaremos alguns deles no decorrer do texto — importantes sustentam em algumas publicações, inclusive recentes, que os Tupis ocuparam o litoral e os Tapuias os sertões ao longo da História.

A seguir, observa-se uma imagem e um mapa etno-histórico dos povos indígenas do Brasil e regiões adjacentes, do antropólogo Curt Nimuendajú, adaptado para a realidade da presente pesquisa — Alto Sertão Paraibano. Esse mapa é considerado patrimônio da humanidade diante do seu pioneirismo e relevância histórica, que continua sendo referência no mapeamento das populações indígenas atualmente. O mapa utilizado para exemplificar é a versão de 2017.

Mapa 1: Recortes do mapa etno-histórico no Estado da Paraíba



Fonte: (Nimuendajú, 2017), adaptado pelos autores.

Na imagem acima, o círculo azul representa um demarcador territorial que destaca a região do Alto Sertão Paraibano. Nele, observam-se os nomes das populações indígenas que ocuparam essa região: “Kariri”, “Corema”, “Icó”, “Icozinhos”, “Panati”, “Pegas” e “Chocó”.

Por outro lado, os povos Corema, Icozinho e Panati não apresentam cores no mapa, em razão de serem retratados como tribos de línguas desconhecidas. Observa-se também a presença de setas que indicam possíveis direções das rotas migratórias desses grupos. No entanto, não se identificam tais indicações de rotas voltadas para o interior do continente, especialmente para o Alto Sertão Paraibano, com os grupos de língua Tupi no litoral do Estado (Nimuendajú, 2017).

Essas narrativas reverberam com bastante força nas obras *Paraíba Colonial: Guerras, resistência indígena e domínio imperial*, de Lúcio Vasconcelos (2023), e *As Fronteiras de Perdição: Indígenas, Vaqueiros e Sesmarias*, de Emmanuel Arruda (2021). Trata-se de trabalhos realizados com rigor historiográfico, que apresentam fontes substanciais de grande relevância acadêmica e corroboram a aceitação de que, de fato,

os “indígenas paraibanos” estavam divididos linguística, cultural e territorialmente entre os Tupis, no litoral, e os Tapuias, nos sertões.

As relações entre indígenas e colonizadores foram marcadas, simultaneamente, por alianças e conflitos, frequentemente retratados pela historiografia no contexto das chamadas “guerras contra os bárbaros”. Essa dinâmica refletia diferentes formas e intensidades de resistência à dominação de seus corpos e de seus territórios, até que, gradativamente, muitos povos foram sendo subjugados e dizimados pelo poder colonial (Soares, 2012).

Para o Estado Português tanto era importante a expansão da pecuária, como também a formação dos aldeamentos missionários. Estes, à medida que inseriam os povos indígenas no contexto colonial, criavam aliados para o combate na Guerra dos Bárbaros e contribuíam para delinear as fronteiras da colonização, funcionando como pontos estratégicos no território. Além deles, também eram significantes, no processo de ocupação, a criação de arraiais, pontos eminentemente militares no contexto das lutas da Guerra dos Bárbaros. (Soares, 2012 p, 18)

À luz das contribuições de Maria Soares (2012), compreende-se que o processo de ocupação territorial não se restringiu à captura de indígenas para o trabalho escravo nos canaviais do litoral, mas configurou-se igualmente como um mecanismo de sujeição e assimilação forçada desses povos, classificados como ‘bárbaros’ pela historiografia em virtude de sua capacidade e mobilização de resistência mais intensa que a dos grupos litorâneos.

Neste sentido, buscando compreender a divisão imposta pelo colonizador aos espaços ocupados pelos povos indígenas, não restam dúvidas de que a questão da terra e seu domínio estão no centro das disputas culturais, econômicas, políticas e religiosas, com a catequização como ponte para o fim da barbárie dos selvagens, na qual a imposição da violência e das normativas jurídicas portuguesas legitimam pelas armas a dominação e as narrativas históricas forjadas (Vasconcelos, 2023).

Assim, a conquista e dominação do solo paraibano foi empreitada a partir do

litoral e rumou caminho para o interior do Estado, processo este inserido no contexto da união dos reinos luso-espanhol motivada pela forte resistência dos povos nativos da região, que resistiam em não sucumbir ao invasor, exigindo muito esforço bélico e quase uma dúzia de expedições até a conquista da terra, em 1585 (Mello, 2002).

Ademais, observa-se que repetidamente autores como José Octavio de Arruda Mello (2002), Leon F. Clenot (2011), Lúcio Vasconcelos (2023), Emannuel Arruda (2021) têm convergido para a consolidação das narrativas históricas das divisões dos povos indígenas conforme anteriormente apresentado, corroborando para o consenso da divisão indígena e seu processo de subjugação no Estado.

A presença indígena nas narrativas históricas é apresentada, de modo geral, como um recorte marcado pelo silenciamento, considerando que, conforme narrado, as resistências indígenas foram sendo, paulatinamente, vencidas do litoral para os sertões. Coloca-se, então, a questão: teriam realmente sido expulsos os Tupis do litoral ou já estariam presentes no interior antes das lutas de resistência ao invasor europeu? Este estudo busca apresentar reflexões sobre o esquecimento, o silenciamento e a tentativa de apagamento da ocupação Tupi no Alto Sertão Paraibano.

Sob esse viés, acredita-se que o silenciamento pode ter sido propositalmente arquitetado ainda na consolidação das conquistas territoriais, na medida em que avançaram para o extremo oeste até a divisa com o Estado do Ceará, na força empreitada esteve presente a lógica do “dividir para reinar” (Mello, 2002, p. 76) e de exterminar para esquecer.

Ainda, foi:

No processo de expansão luso-brasileira pelo sertão da Paraíba, a participação dos índios aliados foi fundamental. Além do conhecimento do terreno e das táticas de guerra indígena, (...) os indígenas foram os guias e membros das tropas conquistadoras. Não podemos esquecer que os potiguaras e tabajaras, integrantes do povo de língua tupi-guarani, eram inimigos seculares dos indígenas tapuias, habitantes do sertão, principalmente das etnias cariris e tarairiús (Vasconcelos, 2023, p. 179).

Não restam dúvidas de que a ocupação do território que constituiu a Paraíba foi demarcada com luta e sangue dos povos originários, divididos entre si, que se unem ao inimigo comum, e alimentam o algoz do seu martírio, declinando sua população e promovendo seu esquecimento.

Não se trata, portanto, de relativizar os meios de dominação empregados pelos europeus, mas de destacar que os Tupis e os Tapuias eram vistos ora como mão de obra, ora como inimigos a serem abatidos, caso resistissem. O que se questiona é a ausência de menções à presença Tupi no Alto Sertão Paraibano, antes ou depois das guerras de conquista, vencidas e narradas pelos colonizadores.

Logo, constatações a esta ausência são realizadas nas inúmeras obras citadas, porém a elas se colocam em confrontamentos os achados arqueológicos identificados recentemente em algumas cidades do sertão paraibano, a exemplo de Cachoeira dos Índios, que atestam a presença de povos Tupis na região. Todavia, por qual razão não foram atribuídas nas obras anteriormente apresentadas as referências de ocupação Tupi no Sertão? E se retratados, por quais razões foram-lhes caracterizados como povos Tapuias? São perguntas que este texto não pode responder, embora aponte os rumos para reflexões de pesquisa sobre o povoamento Tupi Sertão da Paraíba.

Recentes estudos arqueológicos e em Ensino de História apresentaram indícios de que os povos Tupis ocuparam, em período anterior à chegada dos conquistadores europeus, o extremo oeste do hoje solo paraibano, tendo um potencial de somar à história da ocupação indígena no Estado da Paraíba, no Nordeste e no Brasil.

Para fundamentar as reflexões que permeiam este artigo, citam-se duas descobertas científicas recentes que contribuem para elucidar a questão da ocupação indígena pré-colonial no território paraibano. A primeira refere-se ao Sítio Arqueológico Moconha, localizado em Serra Grande (PB), onde foram identificados vestígios cerâmicos associados a povos do tronco Tupi (Cavalcante; Medeiros; Santos, 2022).

A segunda diz respeito ao Projeto Akangatu, desenvolvido em Cachoeira dos Índios (PB) entre 2022 e 2024, durante o qual foi registrado o Sítio Arqueológico Boa

Fé, a partir de informações fornecidas por moradores da comunidade homônima (Dantas, 2024). As análises realizadas no âmbito do projeto constataram tratar-se de um possível aldeamento Tupiguarani (Dantas, 2023).

Desta forma, as constatações convencionadas na historiografia de que o litoral foi o espaço de ocupação dos Tupis e os sertões dos Tapuias, são imediatamente confrontadas, assim que foram apresentadas as evidências de que a atual divisão dos povos autóctones — Litoral/Sertão — talvez não seja reflexo real da ocupação do Alto Sertão Paraibano, colocando os Tupis nesse cenário histórico, tanto no período pré-colonial quanto no colonial.

Uma das questões levantadas é a possibilidade de refletir sobre os motivos que levaram ao silenciamento da presença Tupi no Alto Sertão Paraibano. Ao trazer à luz da história essa presença, pretende-se suscitar um debate que deverá ser referenciado pela historiografia em etapas futuras, em um campo de pesquisa acadêmica que, atualmente, apresenta mais dúvidas do que respostas.

Desse modo, os dados reunidos se colocam a possibilitar novos debates e, com eles, possíveis reformulações de paradigmas históricos, se colocando a fomentar as novas discussões acadêmicas sobre a presença indígena, com vistas à sua inserção no cenário historiográfico, bem como a análise, o registro e a problematização de novas narrativas. O silenciamento — intencional ou não — pode ser compreendido como uma estratégia bem-sucedida de domínio dos territórios antes ocupados, de sua desocupação e da alteração dos sistemas culturais dos povos indígenas, resultando, como consequência, na perda de identidade e vínculos ancestrais.

Como exemplo, toma-se o município de Cachoeira dos Índios (PB), que, até a recente descoberta do Sítio Arqueológico Boa Fé, carregava o estigma popular de ser “a cidade mais mentirosa da Paraíba”, por não possuir índios nem cachoeiras. A identificação do sítio, ainda em fase inicial de análises arqueológicas, já foi suficiente para ressignificar simbolicamente essa narrativa, ao evidenciar a presença indígena ancestral no território. Tal achado contribui para legitimar o topônimo do município e fortalecer

o vínculo entre sua história e a identidade cultural dos cachoeirenses (Dantas, 2024).

O Sítio Arqueológico Boa Fé, descoberto em 2023, diante da atuação bem sucedida do projeto de Ação Educação Akangatu, desenvolvido por um professor de História e estudantes da Escola Municipal Maria Cândido de Oliveira, no município de Cachoeira dos Índios (Dantas, 2023), ganhou grande repercussão nos jornais impressos e digitais do Estado, em algumas manchetes, como no Jornal da Paraíba: *Cachoeira dos Índios tem presença Tupi, apontam vestígios: Peças de mais de 600 anos, pertencentes ao povo Tupi, foram encontradas na zona rural de Cachoeira dos Índios*², o Jornal impresso A União assim noticiou: *Peças indicam presença de indígenas no Sertão: Objetos com mais de 600 anos foram localizados em Cachoeira dos Índios*³, também ganhando destaque na TV Globo, no programa G1 em 1 minuto Paraíba: *vestígios Tupi são encontrados em Cachoeira dos Índios*⁴.

O Sítio Boa Fé também foi descrito em artigos científicos, a citar: Revista Sertão História: *Boa Fé: A experiência do Ensino de História vivenciado para a descoberta do 1º Sítio Arqueológico Tupi no município de Cachoeira dos Índios-PB* (Dantas, 2023), e na revista Tarairiú: *Integração histórico-arqueológica na reconstrução da presença tupi nos sertões* (Paulino, et. al, 2025).

Ainda, o mesmo Sítio foi também inventariado na dissertação de mestrado em Ensino de História intitulada: *Akangatu, o levante da Memória: Ensino de História e Letramento Patrimonial em Cachoeira dos Índios-PB* (Dantas, 2024) e no *Inventário Juvenil do Patrimônio Cachoeirense* (Dantas, Santos, 2024), o que vem dando visibilidade à presença dos povos tupis nos sertões da Paraíba.

No entanto, faz-se necessário destacar que o trabalho de registro do Sítio

² Jornal da Paraíba, disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/cachoeira-dos-indios-tupi> Acesso em 02 out. 2025.

³ Jornal A União, 14 de julho de 2023

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/video/g1-em-1-minuto-paraiba-vestigios-tupi-sao-encontrados-em-cachoeira-dos-indios-11772785.ghtml> Acesso em 01 out 2025.

Arqueológico Boa Fé, de acordo com a Lei nº 3.924/61 e da Portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº 316/2019, somente ocorreu de fato em 02 de julho de 2025, mais de dois anos após apresentadas as primeiras descobertas e estudos subsidiais. Para esta tarefa de registro oficial a ser reconhecido pelo IPHAN, uniram forças o arqueólogo Leandro Souza e o professor Djalma Dantas, que juntos realizaram prospecção de campo no Sítio Boa Fé, para *in loco* observarem e demarcarem os locais onde foram encontrados os vestígios cerâmicos e líticos, quando estabeleceram os marcos para demarcação e subsídios do registro do Sítio Arqueológico Boa Fé, junto ao IPHAN, conforme preconiza a legislação nacional.

As atividades de prospecção, observação e reconhecimento ocorreram em 20 de junho de 2025. A seguir, apresentam-se alguns registros que contextualizam a área do sítio arqueológico Boa Fé, enfatizando os achados e a visita para coleta de dados.

Imagem 1: Mosaico de registro da prospecção de campo



Fonte: Arquivos pessoais, junho de 2025.

Finalizado o trabalho de prospecção, os pesquisadores passaram a promover o

processamento dos dados coletados, para efetivar o registro, logo foi protocolado no Sistema Eletrônico de Informações — SEI, com o nº do processo: 01408.000330/2025–41⁵, em 2 de julho do corrente ano. A prospecção conseguiu observar a presença de uma quantidade significativa de vestígios, que foram decisivos para o cumprimento das exigências para o reconhecimento do sítio arqueológico, expresso pelo parecer favorável da Divisão Técnica IPHAN/PB, e a consequente inclusão do Sítio Boa Fé, no mapa dos sítios arqueológicos do Brasil⁶, em conformidade com o Art. 9º da Portaria IPHAN nº 316/2019, que estabelece:

Para o reconhecimento dos sítios arqueológicos o Iphan analisará necessariamente os seguintes aspectos:

- I - a coerência entre os dados fornecidos nas documentações associadas e as informações constantes no cadastro;
- II - a completude e a pertinência dos dados apresentados;
- III - a acurácia no georreferenciamento e na delimitação;
- IV - os dados relativos à caracterização e à contextualização.

Parágrafo único. Os aspectos acima serão avaliados em consonância com as informações disponibilizadas em relatório de pesquisa, quando couber. (IPHAN, 2019)

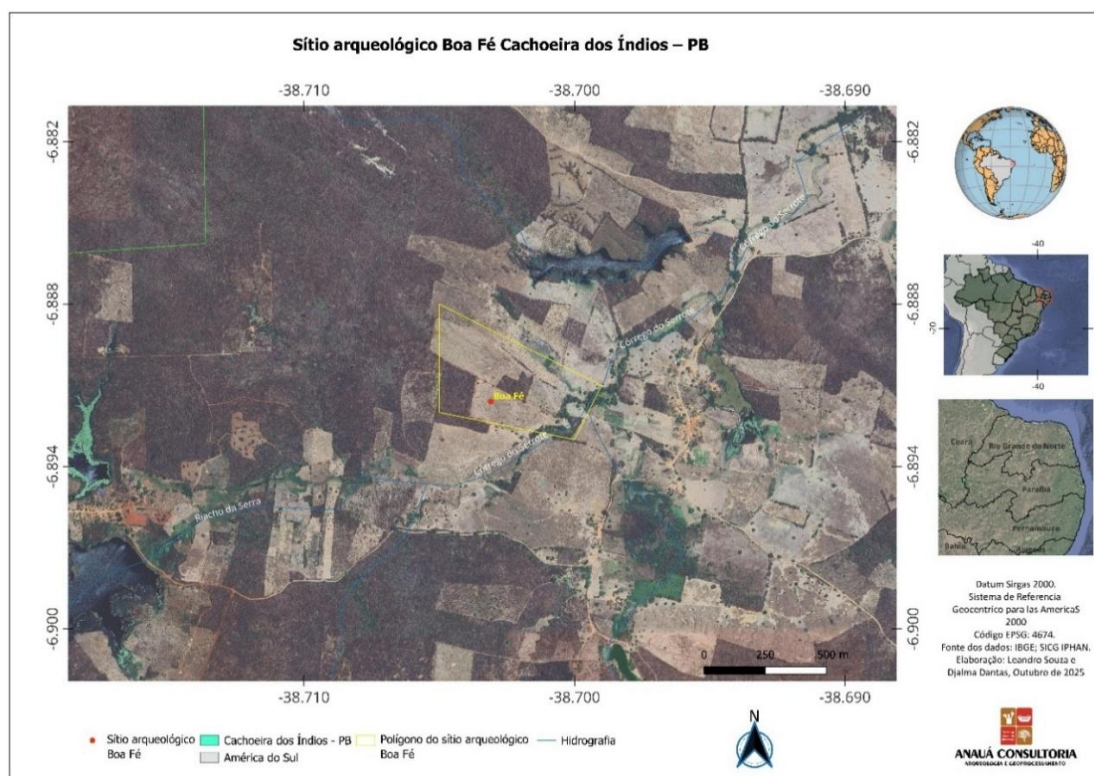
Conforme o levantamento de dados para o registro, o Sítio Arqueológico Boa Fé ocupa uma área de 383.447 m², com uma altura em relação ao nível do solo de 349 m, localizado no sítio Boa Fé, zona rural de Cachoeira dos Índios, na Paraíba, inserido no bioma da caatinga, localizado em uma área privada. O sítio foi caracterizado como pré-colonial e histórico, com vestígios líticos, cerâmicos e com a presença de estruturas de combustão, em contexto de superfície.

A área com maior incidência de vestígios cerâmicos está localizada no meio da

⁵ Sistema Eletrônico de Informações — SEI, Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?il3OtHvPArITY997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0laDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsNWWlqQ2Cm1EC1vXNS7cM8u0Q68z9VXO6qWnZBtNRMoqAU7JBh, Acesso em 02 out 2025.

encosta, em área com vegetação fechada, destinada, na propriedade, para preservação da vegetação caatinga, em processo de reflorestamento e combate à desertificação do semiárido, não utilizada para fins econômicos, sendo o acesso de pessoas restrito a proprietários, familiares e funcionários do local.

Mapa 2: Localização do sítio arqueológico Boa Fé. Cachoeira dos Índios-PB.



Fonte: Arquivos da Anauá Consultoria 2025.

No mapa anterior foram identificados, dentro da poligonal do sítio, lascas em superfície com matérias-primas em sílex, e fragmentos cerâmicos tupis e do período histórico (possivelmente dos séculos XIX e XX). Esses achados indicam a presença de um possível aldeamento Tupi no local com destaque para a ocorrência de uma provável mancha de fogueira associada a fragmentos cerâmicos. Pelas características da pasta das cerâmicas Tupi, é plausível que a argila utilizada na confecção das peças tenha sido obtida na própria área do sítio, considerando a presença de solos argilosos e, em alguns casos, de montículos de argila (barro) naturalmente soerguidos na paisagem.

Imagem 2: Lasca em sílex



Fonte: Arquivos pessoais, 2025.

Imagem 3: Fragmentos cerâmicos *in situ*



Fonte: Arquivos pessoais, 2025.

Imagem 4: Possível mancha de fogueira



Fonte: Arquivos pessoais, 2025.

Todas as visitas realizadas ao sítio Boa Fé, desde 2023 até os dias atuais, serviram para embasar e aprofundar o debate sobre a presença Tupi no extremo oeste paraibano. Em 2023, quando houve a primeira visita ao sítio, realizada pelo arqueólogo Prof. Juvandi Santos e pelo historiador Prof. Djalma Dantas, foram coletados alguns exemplares cerâmicos e levados para análise no laboratório de Paleontologia e Arqueologia da UEPB em Campina Grande. Esses exemplares constataram ser Tupiguaranis (Dantas, 2023).

Destarte, a presença Tupi nesse meio histórico (Cardoso, 1979) é aqui analisada sob as perspectivas da História e da Arqueologia, a fim de trazer à luz de ambas as ciências a importância desses povos no Alto Sertão Paraibano. O Sítio Arqueológico Boa Fé é apresentado como um ponto de afloramento de grande relevância para pesquisas futuras, com potencial para resgatar do esquecimento histórico as populações indígenas que habitaram esse território ao longo dos séculos.

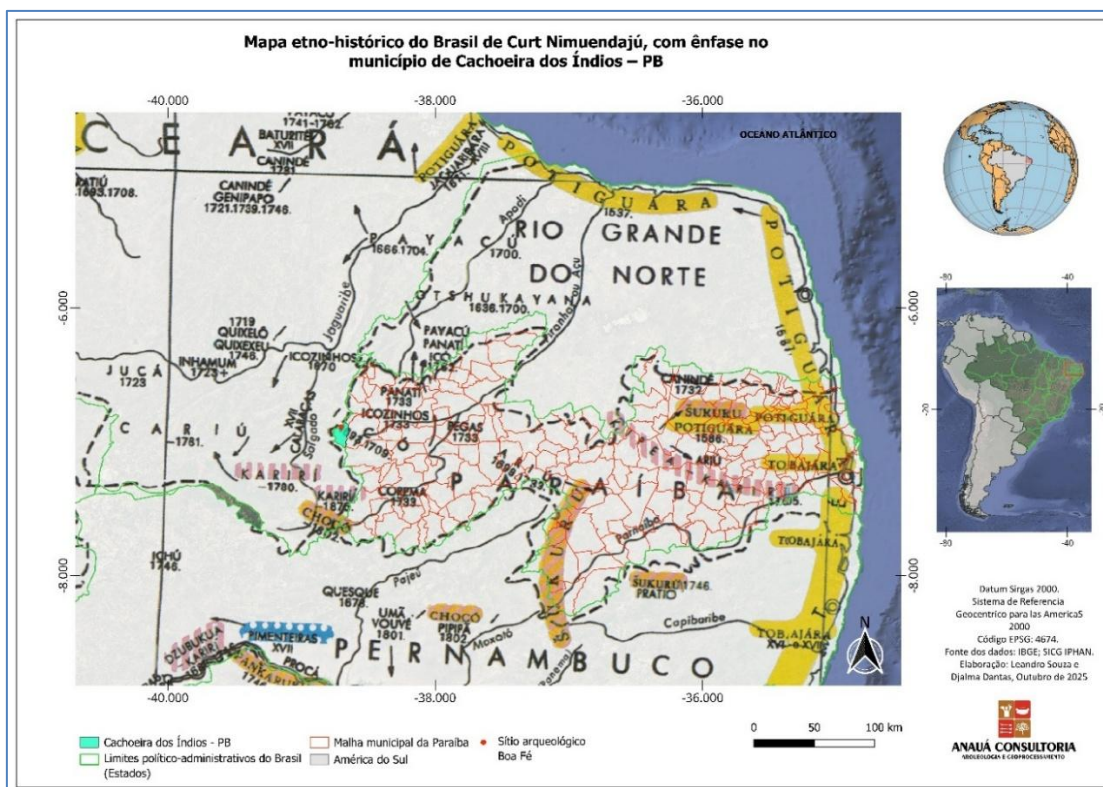
Assim, ao comprovar-se a presença Tupi no Alto Sertão Paraibano, especificamente no município de Cachoeira dos Índios, localizado na divisa com o Ceará, os vestígios cerâmicos identificados em superfície configuram-se como fontes essenciais para a problematização da presença Tupi nesse contexto histórico e pré-histórico, constituindo evidências subsidiárias de grande valor científico:

SERTÃO HISTÓRIA (ISSN 2764-3956) – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente – NEHSA, Universidade Regional do Cariri | V.5, N.9, jan.-jun., 2026.

A fonte arqueológica, portanto, se estudada no detalhe, permite ao historiador formular hipóteses tanto sobre a época mais antiga, como mesmo posterior, pois se essa interpretação for válida, então ainda poderemos considerar que a vida social depende da comunicação e da transmissão cultural. (...) as fontes arqueológicas devem ser abordadas tendo em vista a possibilidade da analogia com outros povos em situação semelhante, no que chamamos de paralelo etnográfico. (Funari, p. 96, 2011)

A partir da catalogação dos achados arqueológicos líticos e cerâmicos, e da análise contextual associada ao paralelo etnográfico proposto por Funari (2011), foi possível elaborar um mapa georreferenciado obtido por sobreposição de plantas topográficas. Esse produto cartográfico permite, por meio da comparação com o mapa elaborado pelo antropólogo Curt Nimuendajú, demarcar a presença Tupi no Alto Sertão da Paraíba e, conseqüentemente, analisar novas possibilidades de ocupação indígena no interior do Estado.

Mapa 3: Mapa de Kurt adaptado ao georreferenciado com o do Estado da Paraíba.



Fonte: Arquivos da Anauá Consultoria 2025.

Com os achados no Sítio Boa Fé e as novas perspectivas de problematização da presença indígena Tupi — tanto para a História quanto para a Arqueologia, ciências centrais para a efetivação deste trabalho —, observa-se um relevante potencial de reorganizar a forma como compreendemos e estudamos os processos de migração e ocupação desses territórios pelas comunidades autóctones, antes, durante e após a chegada dos colonizadores.

A ideia do mapa é mostrar a distância territorial expressiva entre o litoral e o Alto Sertão Paraibano. Ainda não é possível afirmar se houve contato/intercâmbio entre essas comunidades — se uma descende da outra ou se se desenvolveram de forma independente. O que o mapa revela, contudo, é a ampliação incontestável da ocupação indígena Tupi nos dois extremos do Estado, retirando do esquecimento histórico a presença desses povos no oeste paraibano.

Dedicamos, assim, nossos esforços ao município de Cachoeira dos Índios como espaço de investigação histórica e arqueológica. As fontes arqueológicas descobertas,

catalogadas e registradas no Sítio Boa Fé passam a justificar o topônimo “Cachoeira dos Índios”, diante dos antigos questionamentos e descrédito quanto à presença indígena — até então percebida somente no nome do lugar. O Sítio Boa Fé supera definitivamente essas incertezas e, mais que isso, insere o município no mapa da Arqueologia paraibana e brasileira, possibilitando que, a partir dele, novos estudos contribuam para resgatar do esquecimento e do silenciamento a presença Tupi no oeste do Estado.

A partir dessa concepção, o registro arqueológico é visto não mais como algo passível somente de descrição, mas como testemunho que representa comportamentos culturais passados, os quais devem ser interpretados à luz do instrumental teórico disponível, para o entendimento da dinâmica sociocultural que os produziu. (...) E como tais, os artefatos, principalmente os sítios arqueológicos, podem ser considerados signos de condutas, regras, eventos e disputas de grupos sociais. Tais signos possuem a particularidade de apresentarem uma existência material, cristalizada no registro observado (Netto, Souza, p. 74, 2010).

O prelúdio está lançado, e com ele apresentamos subsídios importantes para instigar os leitores a se lançarem na problemática para serem protagonizadas novas pesquisas no âmbito acadêmico, que possam conseguir responder às indagações aqui apresentadas, mas ainda sem respostas. Ao propor a realização de estudos sobre a ocupação Tupi no Alto Sertão paraibano, ambicionamos retirar do silenciamento histórico e apresentar a possibilidade de fundamentar um novo panorama sobre os povos Tupis como sujeitos da pré-história e da história colonial paraibana, e que muito ainda precisam ser estudados. Logo, nota-se que as fontes arqueológicas se apresentam como caminhos possíveis para a pesquisa histórica, arqueológica e para o Ensino de História e trazer à luz da História a presença Tupi em territórios nunca antes problematizados.

Referências e fontes

Referências

Aikhenvald, Alexandra Y. **The languages of the Amazon**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Arruda, Emmanuel Conserva de. **As Fronteiras de Perdição: Indígenas, Vaqueiros e Sesmarias**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

Azevedo Netto, Carlos Xavier de. Souza, Amilton Justo de. *A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História*. In. **História UNISINOS**, São Leopoldo: Unisinos. v. 14, n. 1, p. 62-76, jan./abr. 2010.

Cardoso, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

Cavalcante, Thamires da Silva. Medeiros, Thalles Rennan Maia de; Souza, Juvandi Santos de. *Análise das cerâmicas do sítio arqueológico Moconha e a possível presença Tupi no interior da Paraíba*. **Revista Tarairiú**, v. 1, n. 19, p. 1-29, 2022.

Clerot, Leon F. **30 anos na Paraíba: memórias corográficas e outras**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011.

Dantas, Djalma Luiz do Nascimento Dantas. *Boa Fé: A experiência do Ensino de História vivenciado para a descoberta do 1º Sítio Arqueológico Tupi no município de Cachoeira dos Índios-PB*. **Sertão História**, v. 2, n. 4, p. 292-309, 2023.

Dantas, Djalma Luiz do Nascimento. **Akangatu, o levante da Memória: Ensino de História e Letramento Patrimonial em Cachoeira dos Índios-PB**. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri - URCA. Crato, 2024.

Funari, P.P.A. 2006. *Fontes arqueológicas. Os historiadores e a cultura material*. In: C.B. PINSKY (org.), **Fontes históricas**. 2ª ed., São Paulo, Contexto, p. 81-110.

Instituto Sociambiental (ISA). **Enciclopédia dos Povos Indígenas do Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/>. Acesso em: 30 set. 2025.

Linhares, Maria Yedda. Silva, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma**

- história da Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- Mello, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e Resistências**. João Pessoa: A União, 2002.
- Moore, David; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; GALUCIO, Ana Vilacy (orgs.). **Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história**. Belém: Editora UFPA/MPEG, 2008.
- Nimendajú, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. 2. Ed. DF: IPHAN, IBGE, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/mapaetnohistorico2ed2017.pdf>, acesso em: 02 out 2025.
- Paulino, Suenia Karcia Freitas; Melo, Sívylla Sauanny Araujo de; Araujo, Raissa Evelyn Lacerda de. *A integração histórico-arqueológica na reconstrução da presença tupi nos sertões: integração histórico-arqueológica na reconstrução da presença tupi nos sertões*. **Revista Tarairiú**, v. 1, n. 25, 2025.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. 2. ed. rev. São Paulo: Loyola, 2013.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna; Cabral, Ana Suely Arruda Câmara (orgs.). **Línguas e culturas indígenas do Brasil**. 1. ed. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2011.
- Soares, Maria Simone Morais. **Formação da rede urbana do sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba Setecentista**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa PB: 2012.
- Vasconcelos, Lúcio Flavio. **Paraíba Colonial: Guerras, resistência e domínio imperial**, Cajazeiras: Arribação, 2023.

Fontes

Arquivos pessoais dos autores, 2025.

Arquivos da Anauá Consultoria: **Arqueologia e Geoprocessamento**, 2025.

Jornal A União, João Pessoa-PB, 14 de julho de 2023.

Gazeta Alto Piranhas, Cajazeiras, 05 a 11 de maio de 2023

Jornal da Paraíba, 11 de julho de 2023, Disponível em:
<https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/cachoeira-dos-indios-tupi>, acesso em 23 out 2025

G1 Paraíba, 2023, Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/video/g1-em-1-minuto-paraiba-vestigios-tupi-sao-encontrados-em-cachoeira-dos-indios-11772785.ghtml>, acesso em 23 out 2025

Portugal. **Código filipino, ou, Ordenações e leis do reino de Portugal**. Organização e comentários de Cândido Mendes de Almeida. Edição fac-símile da 14. ed. de 1870. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, Livro V, Título 1, § 2.

Os Autores

Djalma Luiz do Nascimento Dantas

Universidade Federal da Paraíba

Leandro José do Nascimento Souza

Anauá Consultoria: Arqueologia e Geoprocessamento

Recebido em 10/2025 • Aprovado em 12/2025 • Publicado em 10/2026